

CONGRESSO

Pauta-bomba entra no esforço concentrado

CAE do Senado vota aumento do piso salarial nacional de cirurgiões-dentistas e médicos, com potencial de aumentar a despesa da União em R\$ 8,4 bilhões por ano

» ALÍCIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA
» LUIZA ALTOÉ

Em meio à proximidade das eleições de outubro e à falta de acordo entre os líderes partidários, o Senado começou, ontem, a primeira semana de esforço concentrado das duas que vão preceder o pleito de outubro. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, está prevista para hoje a análise do projeto que eleva o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas, de R\$ 3.636 para R\$ 13.662. A matéria é considerada pela equipe econômica do governo uma “pauta-bomba”, ou seja, de grande impacto fiscal, por aumentar a despesa da União em R\$ 8,4 bilhões por ano.

A CAE vai analisar as quatro emendas de plenário apresentadas pela líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE). O senador Nelsinho Trad (PSD-MS), em seu relatório, rejeitou a maioria delas, sugerindo a aprovação daquela que permite a implementação do novo piso salarial em três anos de forma escalonada. Segundo Teresa, o objetivo é mitigar o impacto fiscal imediato. Assim, se aprovado, 40% do novo piso de R\$ 13.662 entrariam em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao da publicação do projeto. No segundo ano, 70% e, no terceiro, 100%.

“O escalonamento preserva o mérito da valorização profissional, mas compatibiliza sua implementação com a capacidade fiscal da União e dos entes subnacionais”, defende a líder. Aprovada a emenda pela CAE, a matéria segue à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Há também um requerimento de urgência para que a matéria seja deliberada diretamente em plenário.

Projetos de interesse do governo, porém, não entraram ainda na pauta do Senado. A avaliação é de que o andamento dessas matérias depende de uma melhora na relação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP). Um primeiro passo nesse sentido foi dado na semana passada, quando os dois se reuniram pela primeira vez desde a rejeição do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Aliados de Lula avaliam que o encontro pode ajudar a destravar, nesta semana, por exemplo, as discussões sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que põe fim à escala de trabalho 6x1.

Ton Molina/Agência Senado



O escalonamento preserva o mérito da valorização profissional, mas compatibiliza sua implementação com a capacidade fiscal da União e dos entes subnacionais”

Teresa Leitão (PT-PE), líder do governo no Senado

O senador Paulo Paim (PT-RS), um dos principais defensores da redução da jornada, voltou, ontem, a cobrar a análise da proposta na retomada dos trabalhos. Ele disse esperar que o Senado vote a PEC ainda neste mês.

“Não estamos aqui propondo trabalhar menos para produzir menos. Estamos propondo trabalhar menos para produzir mais. Estamos propondo trabalhar melhor para produzir muito mais”, disse.

A vice-líder do PT na Câmara, Maria do Rosário (RS), também apontou o fim da escala 6x1 como uma das prioridades do governo na retomada do Congresso.

“Estamos lutando para colocar na pauta da Câmara a proteção às mulheres e no Senado o fim da escala 6x1. Até quando vamos ter a violência na internet? Até um suicídio induzido aconteceu ao vivo nas redes! Mas não estou otimista. Há uma triste insensibilidade”, disse ao Correio.

Para o vice-líder do PL no Senado, Izalci Lucas (PL-DF), o encontro entre Lula e Alcolumbre não deve resultar imediatamente na apreciação da proposta do fim da escala

6x1. O parlamentar acredita que “a pauta não entrará em votação”.

Segundo Izalci, propostas de interesse da base governista não devem avançar neste momento, e o calendário eleitoral dificulta a presença dos senadores e deputados em Brasília.

Ainda nesse pacote de prioridades, está a PEC da Segurança Pública. Lula, em outras ocasiões públicas, condicionou a criação do Ministério da Segurança Pública à aprovação da PEC no Senado e pediu que Alcolumbre desse andamento à matéria. No entanto, a proposta ainda enfrenta falta de consenso na Casa e pode ficar para depois das eleições. O texto foi aprovado pela Câmara em março e está parado no Senado desde então.

Também aguardam avanço na Casa o projeto que estabelece a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o que estabelece um Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata). Sobre terras raras, parlamentares envolvidos na articulação do projeto avaliam que ele não deve ter andamento nesta semana. O Redata, por outro lado,

conta com a pressão de entidades ligadas ao setor produtivo para ser pautado neste esforço concentrado.

Taxa das blusinhas

Há ainda 32 medidas provisórias (MPs) que aguardam apreciação dos deputados e senadores, entre elas, está a que acaba com a “taxa das blusinhas”, imposto de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50.

O prazo de validade da MP termina no início de setembro, o que deve ampliar a pressão de produtores nacionais e importadores sobre o Congresso. Representantes do setor produtivo criticaram a redução da taxa e defendem a isonomia tributária e a competitividade nacional. Eles apontam que a manutenção da taxa em patamares anteriores garante igualdade de condições de concorrência com as plataformas estrangeiras de e-commerce e protege a indústria e os empregos brasileiros.

Há outras MPs que enfrentam um calendário apertado em agosto. Uma delas cria linhas de crédito para exportadores alcançados pelo Plano Brasil Soberano e precisa ser apreciada pelas duas Casas até o dia 26. Outra amplia o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) para permitir financiamentos destinados à aquisição de caminhões e ônibus sustentáveis, com validade até 27 de agosto. Já a medida que criou o novo Desenrola Brasil perde a validade em 31 de agosto.

Expectativa com PL da Misoginia

Na Câmara, há expectativa de que o projeto que trata da criminalização da misoginia vá a plenário durante o esforço concentrado. A definição do que efetivamente será votado, porém, ainda depende da reunião de líderes, prevista hoje, e das articulações entre os partidos. A proximidade das eleições também pesa sobre a agenda. Parte dos parlamentares está envolvida nas campanhas, e não há expectativa, entre eles, de uma semana de votações extensas.

O projeto que criminaliza a misoginia está entre as matérias que aguardam análise do plenário. O PL 896/2023, de autoria da senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA), foi aprovado pelo Senado e recebeu regime de urgência na Câmara em julho. A relatora, deputada Tabata Amaral (PSB-SP), passou meses negociando mudanças no texto para tentar construir um acordo entre as bancadas.

A proposta inclui a misoginia entre os crimes previstos na Lei 7.716/1989, conhecida como Lei do Racismo. O texto estabelece como misoginia a prática, indução ou incitação de violência, restrição ao pleno exercício de direitos ou ofensa à dignidade da

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Tabata: articulação para votar a proposta em defesa das mulheres

mulher em razão de seu gênero. A versão discutida na Câmara também prevê regras para condutas praticadas por meio de conteúdos em meios de comunicação ou plataformas digitais.

A ficha de tramitação da Câmara registra o projeto como pronto para ser levado ao plenário. Antes do recesso, Tabata

afirmou ao **Correio** que lamentava o adiamento da votação e que havia procurado diferentes bancadas para tentar chegar a uma redação de consenso.

“Fiz tudo o que estava ao meu alcance para construir um acordo: dialoguei com praticamente todas as bancadas, ouvi sugestões, incorporei contribuições, e

construímos um texto equilibrado, que protege as mulheres sem abrir mão da liberdade de expressão. Infelizmente, o Congresso foi atravessado por outras disputas políticas, e pautas urgentes acabaram ficando em segundo plano”, ressaltou na ocasião.

O líder da oposição na Câmara, Cabo Gilberto (PL-PB), afirmou ao **Correio** que o retorno das atividades ainda deverá ocorrer de forma limitada. Segundo ele, o Congresso estará “totalmente esvaziado”. Segundo ele, o fato de parlamentares estarem envolvidos com as eleições dificulta a construção de uma agenda de votações. Na opinião dele, isso só ocorrerá depois das eleições.

Questionado sobre a possibilidade de votação do projeto que criminaliza a misoginia, o parlamentar afirmou que não acredita que a proposta esteja entre as prioridades para esta semana.

A avaliação de Cabo Gilberto é de que os deputados ainda precisam definir quais propostas serão levadas para discussão na reunião de líderes. Ele disse que pretende ouvir os parlamentares da oposição antes de estabelecer as prioridades do bloco. **(DR)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson



Apoio de Motta a Lula mostra política de conveniência do Republicanos

O apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta, à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva expõe a ambiguidade eleitoral do Republicanos. Formalmente, o partido decidiu permanecer neutro na disputa pelo Palácio do Planalto, não indicar o candidato a vice de Flávio Bolsonaro nem integrar nenhuma coligação presidencial. Na prática, liberou seus dirigentes e diretórios estaduais para escolherem publicamente o lado mais conveniente às respectivas circunstâncias locais. É uma salvo-conduto para múltiplas alianças regionais, inclusive com forças antagônicas.

Foi o que permitiu a Hugo Motta anunciar o apoio a Lula sem romper com a direção partidária. “A tendência nossa aqui na Paraíba é que caminhemos com o presidente Lula”, declarou, acrescentando que o petista representa aquilo que seu grupo considera “o melhor para o país”. O presidente da Câmara aguardou deliberadamente a decisão nacional do Republicanos para somente então revelar sua posição. O Republicanos da Paraíba apoiará a reeleição de Lula, segundo Motta.

A escolha obedece à realidade eleitoral da Paraíba. Motta precisa renovar seu mandato, preservar a influência nacional conquistada na Presidência da Câmara e eleger o pai, Nabor Wanderley, para o Senado. Seu grupo participa da aliança que sustenta o governador Lucas Ribeiro, do PP, herdeiro da coalizão liderada anteriormente por João Azevêdo, do PSB, e apoiada por Lula. Embora o atual governador não pertença à esquerda, governa com uma composição na qual PT e PSB exercem grande influência. O que também explica a neutralidade do presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI).

Romper com Lula na Paraíba significaria desafiar um eleitorado majoritariamente lulista e colocar em risco a própria sobrevivência política do grupo de Motta. Os números explicam o movimento. Na pesquisa Genial/Quaest, Lula ampliou de 57% para 64% sua votação num eventual segundo turno no Nordeste, enquanto Flávio Bolsonaro recuou de 31% para 25%. A diferença de 39 pontos transforma qualquer tentativa de impor um palanque bolsonarista exclusivo na região em aventura de alto risco.

Nacionalmente, Lula aparece com 39% no primeiro turno, contra 30% de Flávio, e vence o segundo por 44% a 39%. Flávio cresceu e reduziu a distância, mas ainda não conseguiu transformar a polarização social existente no país numa coalizão partidária equivalente àquela que sustentava seu pai.

São Paulo e Minas

A decisão do Republicanos também revela uma estratégia que mira as eleições de 2030. Tarcísio de Freitas, principal liderança da legenda e candidato à reeleição em São Paulo, depende do eleitorado bolsonarista para se manter no Palácio dos Bandeirantes, mas não deseja subordinar completamente seu futuro político ao projeto pessoal de Flávio.

Tarcísio mira 2030, quando o cenário poderá ser definido pela sucessão simultânea de Lula e de Jair Bolsonaro como grandes polos organizadores da política nacional. Para chegar competitivo a essa eleição, precisa conservar o apoio da direita, dialogar com o centro, cultivar relações institucionais com o governo federal e não se tornar mero coadjuvante do clã Bolsonaro. O Republicanos procura ocupar simultaneamente o governo e a oposição, o Nordeste lulista e o Sudeste conservador, a eleição de 2026 e a sucessão de 2030.

O mesmo fenômeno aparece em Minas Gerais, onde a candidatura camaleônica de Cleitinho Azevedo ao governo embarralhou os palanques presidenciais. O senador do Republicanos chegou a ser impedido pelo próprio partido de concorrer, reagiu publicamente e acabou reconduzido à disputa depois da intervenção de dirigentes interessados em sua capacidade de puxar votos para as chapas proporcionais.

Cleitinho lidera a corrida mineira com 35%, muito à frente de Alexandre Kalil, com 12%, e Patrus Ananias, com 10%. No plano presidencial, porém, Minas está dividida: Lula tem 30% e Flávio, 29%, no primeiro turno; num eventual segundo turno, o petista aparece com 38% e o bolsonarista, com 35%, ambos em empate técnico. A pesquisa mineira mostra a liderança isolada de Cleitinho e o equilíbrio entre Lula e Flávio.

Qual é a do Cleitinho? Ele necessita dos eleitores bolsonaristas, mas não pode hostilizar a parcela lulista de Minas nem atrair completamente sua candidatura a um presidenciável que aparece numericamente atrás no estado. Nos bastidores, prevalece a expectativa de que abra o palanque, permitindo que aliados e candidatos proporcionais façam campanha para Flávio ou Lula segundo suas bases.

A ESCOLHA OBEDECE À REALIDADE ELEITORAL DA PARAÍBA. O PRESIDENTE DA CÂMARA PRECISA PRESERVAR INFLUÊNCIA, RENOVAR SEU MANDATO E ELEGER O PAI, NABOR WANDERLEY, PARA O SENADO